

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
“PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY”

**O ANARQUISMO NO BRASIL: SUA TRAJETÓRIA NO PERÍODO DA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

Raquel Oliveira de Castro

Duque de Caxias – RJ

2020

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
“PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY”

**O ANARQUISMO NO BRASIL: SUA TRAJETÓRIA NO PERÍODO DA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

Raquel Oliveira de Castro

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades da Universidade do Grande Rio como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em História.

Professor(a) orientador(a): Jansen Racco Botelho de Melo.

Duque de Caxias – RJ

2020

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
“PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY”

Raquel Oliveira de Castro

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades da Universidade do Grande Rio como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em História.

Professor (a) orientador (a): Jansen Racco Botelho de Melo.

Trabalho considerado _____ com nota _____.

Prof. Dr. Jansen Racco Botelho de Melo

PROF. ORIENTADOR – UNIGRANRIO

Prof. Dra. Maria Eugênia Bertarelli

UNIGRANRIO

Prof. Dr. Jansen Racco Botelho de Melo

UNIGRANRIO

Duque de Caxias – RJ

2020

O Anarquismo no Brasil: sua trajetória no período da Primeira República

Raquel Oliveira de Castro

Orientador: Dr. Jansen Racco Botelho de Melo

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo discutir a trajetória do movimento anarquista no Brasil, e sua ideologia, que passa pela experiência brasileira de fins do século XIX para o século XX. O texto demonstra que, no período caracterizado pelo cenário da Primeira República, o meio operário passa por forte presença libertária, visto que os trabalhadores começariam a passar por muitas dificuldades e, por consequência, dariam início a um processo de reivindicações de seus direitos por meio de diferentes métodos.

Palavras-chave: Anarquismo. República. Classe Operária.

Abstract:

This work aims to discuss the trajectory of the anarchist movement in Brasil, and its ideology, which goes through the brazilian experience from the end of the 19th to the 20th century. The text shows that, in the period characterized by the scenario of the First Republic, the working class is experiencing a strong libertarian presence, since the workers would begin to go through many difficulties and, as a result, would start a processo of claiming their rights through different methods.

Keywords: Anarchism. Republic. Working Class.

1. Introdução

Este trabalho aborda o movimento anarquista no Brasil, em um contexto histórico republicano, não se estendendo até a última década (1930) da Primeira República, justamente por corresponder a um tempo cronológico extenso.

O Brasil, que possui longa história construída com a presença da mão de obra escrava, passa a ter uma mão de obra assalariada em fins do século XIX para o século XX, desligando-se aos poucos do sistema escravista que até então era vigente. Durante a Primeira República (período de 1889 a 1930), na virada de um século para outro, o país passa por diversas transformações, e principalmente no campo das relações de trabalho.

Nesse sentido, começamos a perceber uma onda de imigrações, que estava acontecendo desde o fim do século XIX, e que passa a constituir a vida operária brasileira. O cenário nacional, então, entra em transformação, com os seguintes aspectos: o regime republicano; os sentidos de trabalho que passaram a mudar, com o cenário industrial, e a consequente construção de uma nova classe, a então chamada: classe operária.

Dentre os problemas vividos por essa classe, um movimento que passa a se expandir pelo fato de ter buscado os direitos básicos dos trabalhadores e entre outras reivindicações, é o movimento anarquista. Este movimento, que começa a rondar o Brasil a partir de fins do século XIX, vem influenciado por imigrantes europeus, além de certos intelectuais que faziam parte da composição do pensamento anarquista e que eram utilizados no Brasil como referência. A ideologia, portanto, fortemente influenciada com a chegada dos imigrantes.

É interessante refletir acerca do importante papel dos anarquistas no Brasil, dentro do movimento operário, e dentro de um período histórico problemático no qual foi marcado por diversas mudanças no cenário social, político e, portanto, econômico. O cenário republicano trouxe muitas respostas negativas, pois tudo o que foi imposto para a sociedade da época, não era cabível para uma boa repercussão por parte da população.

O anarquismo se faz muito presente durante a República Velha, no sentido de que foi responsável por “denunciar o fanatismo religioso, o sistema educativo, os abusos sexuais atribuídos a membros do clero, (...)” (FAUSTO, 2016, p.13).

Temos, então, imensa importância, que foi também responsável pela formação da classe operária, das imigrações que viam da Europa para o Brasil. Foi a partir delas que se começava a expandir os pensamentos formadores de consciência, dentro de um contexto republicano representado por pobreza e situação crítica dos trabalhadores. Este cenário, então, constituído consequentemente por um sistema capitalista que, naquele momento, passava

a construir um mundo industrializado. Esses pensamentos críticos vindos da Europa passam a constituir um novo tipo de posição realizada pelos trabalhadores. Os operários passam a construir seus próprios meios para que conseguissem se organizar acerca das demandas por melhores condições.

O anarquismo, com suas propagações, conseguiu significativo crescimento no Brasil, através da expansão de seus ideais, principalmente devido à chegada de imigrantes europeus, e também devido a obras anarquistas, ou seja, livros de determinados pensadores como Bakunin (anexo 3), Malatesta, entre outros, que também chegavam ao Brasil (MARQUES, 2012).

2. Apontamentos sobre a ideologia anarquista

Para discutirmos a presença do anarquismo no Brasil, devemos compreender um pouco de seus ideais, mesmo que de forma mais breve. Para isso, se faz necessário demonstrar apontamentos sobre esta ideologia para, então, melhor entender suas ideias e seus motivos pela luta, para que assim possamos nos situar.

Para melhor esclarecer “Anarquia é uma palavra grega que significa literalmente, “sem governo”, isto é, o estado de um povo sem uma autoridade constituída.” (WOODCOCK, 2019, p. 66).

O movimento anarquista passa a existir enquanto uma corrente ideológica, formada durante o século XIX. Os anarquistas passaram por diferentes etapas em sua caminhada, fazendo parte, inclusive, da Primeira Internacional que ocorre em fins do século XIX. Nesse sentido, o primeiro intelectual a se autodeclarar anarquista foi Pierre-Joseph Proudhon (anexo 1), intelectual francês, e que escreveu uma obra chamada: *A propriedade é um roubo*. (WOODCOCK, 2019).

É importante frisar a origem e os fundamentos do movimento anarquista, para depois compreender sua expansão ao redor do mundo e, neste trabalho em específico, no Brasil. Nos conceitos anarquistas, conseguimos observar que a questão social é de fundamental importância e exaltada. Para os anarquistas, a ação ativa entre homens e mulheres, a ajuda mútua em sociedade, são questões fundamentais e, portanto, preciosas para a emancipação. Para eles o Estado teria que ser um órgão inexistente, assim como outras formas de coerção social que tirariam a liberdade dos indivíduos.

Para os libertários, a realização de suas vontades enquanto povo, de uma autogestão e, portanto, de todos criarem suas próprias maneiras de sociabilidade, é de fundamental importância. Nesse sentido, o Estado e qualquer outro tipo de instituição que representasse poder e controle, não existiriam. A sociedade sustentada por um Estado e por outros controles

sociais, automaticamente impõe leis e, portanto, passa a determinar tudo o que as pessoas deveriam fazer. Na mentalidade anarquista, essas leis nada mais são do que correntes que passam a prender todos aqueles que se veem sem liberdade e sem perspectiva de vida. Para os anarquistas, a sociedade deveria livrar-se dessas amarrações, em busca da liberdade.

O engajamento dos trabalhadores, dentro da lógica anarquista, através de organizações próprias, ou seja, as chamadas “associações livres” seria a forma ideal para ser parte de um dos princípios a caminho de uma revolução. Esse engajamento, é claro, seria com o propósito de se chegar a uma consciência libertária, partindo da premissa que o povo, como um todo, seria o grande protagonista dessa mudança social, retirando as posições de poder e controle que fazem parte do Estado, e permitindo uma autogestão dos indivíduos sociais.

É durante o século XIX que surge a chamada Associação Internacional dos Trabalhadores (a Primeira Internacional). Kropotkin e Malatesta (anexo 2) pensadores anarquistas, “moldaram a ideologia anarquista entre 1800 e 1900” (WOODCOCK, 2019, p. 46).

Vale ressaltar que, no campo libertário, também permanecia a presença de pensadoras anarquistas que, portanto, constituíam o pensamento libertário. Emma Goldman foi uma delas, por exemplo. De origem lituana, nasce no ano de 1869 e morre em 1940.

O anarquismo, portanto, não apenas parte da posição contrária aos poderes, como o Estado, como também se posiciona contra todo tipo de poder que é encontrado em sociedade, como por exemplo, no núcleo familiar. A partir do momento em que negam o controle irão negar este controle, então, em diferentes esferas, englobando todas as relações em sociedade (MARTINS, 2014).

3. O percurso dos trabalhadores no Brasil

O Brasil, no período do século XIX, possuía uma economia fortemente cafeeira, e por isso necessitava, ao mesmo tempo, de mais mão de obra. O que marca a presença dessa mão de obra, naquele momento, é o desenvolvimento de uma classe operária. Juntamente com essa economia cafeeira, o que ocorria era o desenvolvimento do capitalismo. Este, que estimulava uma economia de exportação, fez com que outras pessoas tivessem que se direcionar a trabalhos braçais, em um novo contexto onde ocorria uma nova formação de trabalhadores e onde as ferrovias começavam a surgir.

Anteriormente à instauração da Primeira República, em relação à concentração de indústrias na produção de tecidos de algodão no país, a partir da década de

1844, encontrava-se na Bahia o maior predomínio destas até a década de 1860 (FAUSTO, 2016). Apesar da existência de poucas fábricas em todo o país, ainda durante a década de 1860, é no ano de 1885 que se tem um crescimento considerável no número de indústrias, e que passa a compor um total de 48 fábricas. A partir desse período, então, a Bahia passa a não ser mais a região que representava maior número de espaços para trabalho fabril. A partir da década de 1880 estas 48 indústrias encontravam-se, principalmente, em: Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (FAUSTO, 2016).

A troca da mão de obra escrava pela mão de obra assalariada, envolvendo os imigrantes que passaram a fazer parte do cenário industrial do país, apresentava (anos anteriores ao regime republicano) na província de São Paulo, por exemplo, o fim de um sistema escravista para outro tipo de sistema. E, neste caso, a onda de imigrantes para o Brasil foi muito forte a ponto de colaborar para formação da classe proletária.

A província de São Paulo também teve um crescimento significativo, onde, a partir de 1890, passou por um processo de aumento de habitantes muito considerável. E a imigração, do final do século XIX para o século XX nesta região, marca um total de 599.426 pessoas (FAUSTO, 2016).

Compreende-se que, devido ao desenvolvimento do sistema capitalista, outras prioridades começaram a aparecer e, juntamente a isso, surgia um cenário industrial, com mão de obra constituída principalmente pela presença de imigrantes. Começava a se formar aos poucos uma classe trabalhadora no Brasil. Esta foi construída com limitações e era representada por grandes problemas de bem-estar social, além dos problemas propriamente trabalhistas.

Temos, em 1890, no Rio de Janeiro, o número de homens e mulheres operários (as) com certa diferença. O total de homens era de 293.657 e o de mulheres 228.994. Dentro desse cálculo de homens e mulheres que trabalhavam em indústria manufatureira, no Rio de Janeiro, também se tinha a contagem de acordo com a cor da pele: Brancos – 33.941; Pretos – 4.362; Caboclos – 759; e Mestiços um total de 9.599 (FAUSTO, 2016). De acordo com esses dados, temos uma noção de que a diferença era gritante. Fazendo uma comparação entre brancos e pretos, identifica-se que a mão de obra dada aos brancos acabava sendo maior do que para os negros.

Dentro da lógica de imigração, o Rio de Janeiro (então capital da República), recebeu um número significativo, mas não comparado a outras regiões. Apesar de ter recebido um número de imigrações equivalente a 70.298 entre os anos de 1890 e 1900, São Paulo possuía um total de 412.297 estrangeiros (FAUSTO, 2016). Percebe-se uma chegada intensa de estrangeiros, então, em São Paulo, com a continuação desta no início do século XX.

De acordo com a ocupação total de habitantes em São Paulo, em diferentes ramos de trabalho e no final do século XIX, há um elevado número de estrangeiros. Inclusive, número quase sempre maior do que a quantidade de pessoas que já viviam no país e que trabalhavam nas mesmas funções. A quantidade de imigrantes em serviços domésticos, mais especificamente em 1893, era maior que o número de pessoas que estavam inseridas nesse serviço que já viviam no Brasil. Em contrapartida, no Rio de Janeiro, o número de estrangeiros chegava a ser menor em determinados serviços do que o número daqueles já nascidos no país. A indústria manufatureira é um exemplo, onde a mão de obra nacional estava em maior quantidade comparada à mão de obra estrangeira.

O regime republicano, constituído por uma base de falso progresso ou evolução da sociedade, porque na verdade este foi extremamente excludente, compunha determinados fatores que o caracterizavam, tais como: guiado pela presença de coronéis; o processo de fraude eleitoral fazia parte do jogo; e, um fator importante, era representado por uma oligarquia (FAUSTO, 2016).

A situação passa ser a seguinte: maior número de italianos concentrado em São Paulo, fazendo com que, conseqüentemente, por estarem mais ligados à luta revolucionária, acabavam por espalhar de maneira mais forte nessa região os ideais revolucionários. Sendo assim, entende-se que esse lugar recebe de maneira muito significativa as ideologias que assim chegavam da Europa, mais especificamente pelos italianos, pois representavam maior parte dos trabalhadores (FAUSTO, 2016).

O que estava acima de tudo e de todos os trabalhadores, era justamente a vida operária e suas limitações. A vida destes operários, então, fossem eles imigrantes ou não, encontrava-se debaixo da mesma lona, digamos. Nesse sentido, é claro que eles teriam uma ligação, uma identificação no mundo operário, que fazia com que suas vidas cotidianas pudessem resultar em organizações e em pensamentos em comum.

Temos um cenário, dentro da classe operária brasileira de fins do século XIX, representado por diferentes correntes ideológicas. Dentre elas se faz presente o Anarquismo. Um movimento anterior a esse, que foi muito significativo inclusive, foi o Trabalhismo. Passava-se a constituir uma divisão de ideologias no campo social. O Rio de Janeiro, que naquele momento era capital da República no final do século XIX, já não estava tão ligado aos assuntos do campo. Aquela sociedade (na área urbana) era composta por diferentes grupos, e que passavam a formar outras esferas sociais. Passava-se a formar uma classe média que não necessariamente precisaria ter ligação com o setor agrário, ou seja, com a burguesia que detinha a economia cafeeira como poder. E, ao mesmo tempo, ocorre a presença dos trabalhadores com fortes ligações anarquistas. É neste cenário que, devido à presença de uma classe

média, formando outro contexto social, e por outro lado a presença dos trabalhadores com suas determinadas ideologias, que iriam contra as injustiças, dá-se início a uma caminhada em prol das lutas trabalhistas (FAUSTO, 2016).

4. O movimento libertário no Brasil

Nos anos iniciais da Primeira República, dava-se início a formação de partidos de caráter operário. A partir de 1890, deu-se a criação desses partidos no Rio de Janeiro. É interessante ressaltar que, durante aquele momento, esses partidos políticos não estavam de total acordo com as greves.

No Brasil, ao todo, ocorria uma presença de diferentes correntes ideológicas. Algumas, porém, com mais força do que outras. O que se pode identificar, também, no cenário republicano daquele momento, é a correlação entre Estado (representando essa esfera política, e que, na visão anarquista, detém da coerção social) e a ação das classes dominantes da época. Se pararmos para pensar na interferência dessa elite no Estado, entende-se consequentemente a justificativa dos anarquistas ao acreditarem que não havia possibilidade no ato da existência dessa política. Essa política, então, seria uma farsa. Afinal, o Estado em si não dispõe, em todos os aspectos, daquilo que uma sociedade necessita. Sendo assim, acreditar numa nova forma de política, como a criação de outros partidos, estava fora de cogitação para os anarquistas. O contrário seria realizar uma revolução social e por meio dos métodos que defendiam.

A chegada dos imigrantes, ressaltando mais uma vez, foi de grande impacto no campo das ideias anarquistas. Sua chegada, representada por uma população pobre, fez parte da construção de um pensamento libertário no país, já que essas ideias já rondavam a Europa. Outra identificação com os ideais anarquistas foi o consequente cenário capitalista (e nesse momento com a industrialização) que passava a construir, aos poucos, uma sociedade outra. Para isso, a mão de obra era mais utilizada em grande escala, inclusive de mulheres e crianças, para suprir espaços nas indústrias, por exemplo. Nesse sentido, a mão de obra estrangeira se fez muito presente, pois sua força de trabalho foi utilizada durante o início da industrialização.

Uma importante característica do movimento libertário, de um modo geral, era a oposição à Igreja. Essa oposição seria o resultado de um anticlericalismo, que contestava, então, o poder dessa instituição. No cenário de combate temos a representação de intelectuais importantes, que estavam presentes no movimento libertário durante o início do século XX: José Oiticica e Astrojildo Pereira (FAUSTO, 2016).

Durante o início do século XX, o que passa a se intensificar, ganhando importância no meio operário, é o papel da imprensa. Justamente esta, se faz muito necessária pelo fato de começar a criticar, contestar tudo aquilo que há de opressão em sociedade. Nesse período, então, de uma ainda recente Primeira República, a questão dos trabalhadores era muito pendente. Como meio de informar, repassar e de engajar um povo, a imprensa (neste caso, a imprensa anarquista) era de total peso para mostrar a verdadeira condição das pessoas assalariadas. E dentro da imprensa anarquista, as críticas direcionavam-se para diferentes pontos, sejam para o papel da Igreja, do capitalismo ou do Estado.

Há uma grande representação dos trabalhadores, da imagem desses trabalhadores, dentro da imprensa anarquista brasileira. Ao mesmo tempo, há uma comparação entre as duas classes rivais: a burguesia e o proletariado. O proletariado, como classe que sofria em diversos sentidos, era a figura que o jornal demonstrava de fato como peça fundamental, exercendo seus serviços para obter injustos resultados (MARQUES, 2012).

Outro ponto, além da crítica à ordem estabelecida pelos poderes que exerciam controle em sociedade: Estado, burguesia ou clero, também havia a crítica ao sistema de educação, por possuir um caráter burguês de ensino. Nesse sentido, encontravam-se escolas que tinham por alternativa o pensamento libertário, as chamadas Escolas Modernas. (FAUSTO, 2016). A questão da educação, para os anarquistas, seria uma das vertentes para se chegar a uma revolução. Visto que os libertários não defenderiam a educação brasileira, por possuir caráter burguês, defenderiam então a concepção de educação libertária colocada pelos intelectuais anarquistas, incluindo a autogestão, já que esta poderia resultar em real mudança dos trabalhadores. Nesse sentido, defendia-se que a educação seria direcionada aos operários com intuito de que buscassem sua emancipação.

Os libertários não só pensavam nos operários como também nas famílias desses operários. A educação passaria pelo caminho de conduzir tanto os trabalhadores, para lhes mostrar a realidade, como para ajudar suas respectivas famílias no ensino não tradicional de seus filhos (JR, 2011). Outro fator importantíssimo é que os anarquistas defendiam igualmente o direito de educação para as mulheres.

A lógica das escolas modernas chega a ser interessante. Pois, não pretendiam estabelecer uma ordem maior sobre os alunos, assim como o ensino tradicional fazia, e sim articular o ensino com as ideologias libertárias, com intuito de proporcionar atividades que fizessem com que os alunos exercessem essa consciência.

Em relação à existência do anarcossindicalismo, um meio pelo qual uma parte dos libertários se identificava, foi “inspirado na CGT francesa e que se tornara a

tendência predominante nos círculos libertários.” (FAUSTO, 2016, p. 93). Nesse sentido, o sindicato, para determinados libertários, seria uma forma de organização dos trabalhadores para que pudessem definir suas formas de mudança social. Inclusive teria vida própria, ou seja, não aceitaria apoio externo.

No ano de 1906, quando ocorre o Primeiro Congresso Operário, percebe-se grande presença libertária na organização, por meio de defesas referentes a resoluções dos problemas dos operários, indicando o uso da ação direta frente à falta dos seus direitos. O uso da ação direta era defendido pelo anarcossindicalismo. Dadas às circunstâncias da época, quando o operário não era pago por ter sofrido danos no ambiente de trabalho, o Congresso defendia a ação direta como medida de resposta aos patrões (FAUSTO, 2016).

Em consequência dos movimentos operários, a partir do início do século XX se tem o início de uma perseguição intensa aos trabalhadores pelo simples “motivo” de perturbação, aos olhos do Estado e da elite, mais especificamente com a criação da Lei Adolfo Gordo de 1907, que restringia a ação dos trabalhadores (DA COSTA, 2016). O aspecto que delimitou a onda de repressão também cai sobre os imigrantes. Estes foram inclusos em leis que determinavam suas expulsões do país, na maior parte das vezes sem justificativa, como forma de tirar essas raízes revolucionárias do Brasil.

Alguns anos a frente, no cenário econômico brasileiro de 1913, apresentou uma forte transformação negativa em diversos pontos. A economia começa a passar por um péssimo momento, e consequentemente a população passa por todas as repostas negativas que o país começava a possuir. Logo, o meio operário, frente a esse cenário de crise, entra em problemáticas diversas. Desemprego, fechamento de fábricas, demissão de trabalhadores, etc. Dentro dessa lógica, os movimentos em si, assim como o movimento anarquista, acabam perdendo força.

Referente à oposição dos anarquistas ao poder da Igreja, por ter sido muito latente, suas convicções anticlericais corresponderiam a uma resposta no campo também da educação. Lembrando que, para os libertários, a educação é um importante ponto para se fazer mudança. Essa resposta é a criação de uma escola leiga em São Paulo, início do século XX. Portanto, o aspecto anticlericalista, que era uma característica que os libertários defendiam, estava claramente presente nas ações anarquistas no Brasil. A posição libertária era intensamente provocativa. Os anarquistas se voltavam contra todas as farsas da Igreja, inclusive denunciando os crimes que os padres cometiam, por exemplo. Lembrando que a figura do padre era representada, por eles, como um homem imensamente gordo, com intuito de crítica e provocação.

Os sindicatos, compostos por trabalhadores e também aqueles sindicatos que eram identificados como libertários, estavam presentes tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, percebe-se uma significativa presença dos sindicatos. Há considerável movimentação nessa região, com o desenvolvimento de dezenove sindicatos no ano de 1918. Estes sindicatos eram divididos de acordo com a área de cada profissão, e, portanto, compostos por seus respectivos trabalhadores.

Ressaltando mais uma vez o papel da imprensa anarquista, é interessante perceber que, a figura da mulher, por exemplo, era utilizada como forma de representar a liberdade na concepção anarquista (FAUSTO, 2016). A própria imprensa foi fortemente responsável pela disseminação das ideias libertárias para os trabalhadores. Nesse sentido, alguns dos jornais que conseguiram se consolidar foram “A Perra Livre, O Amigo do Povo, La Battaglia, A Lanterna (...)” (FAUSTO, 2016, p. 113). Todos estes jornais localizados em São Paulo e no final do século XIX. Mas além de São Paulo, é claro, o Rio de Janeiro também já possuía uma imprensa anarquista.

- **A Greve Geral de 1917**

Apesar do cenário econômico problemático a partir de 1913, posteriormente, ocorre um levante com a então conhecida Greve Geral de 1917 (anexo 4). É graças a essa ação, direcionada para a classe operária, que o movimento operário toma novo fôlego e passa a ganhar espaço novamente. A greve teve um número muito significativo de trabalhadores que paralisaram suas atividades e, ao mesmo tempo, a partir de 1917, incorporava-se uma onda repressiva feita pelo Estado sobre aqueles que se posicionavam contra as autoridades.

Já ocorriam greves antes mesmo do ano de 1917, porém, foi com esse boom de paralisação que o Estado voltou-se contra, mais repressivamente, às ideologias e contra os grevistas. Anteriormente à greve de 1917, já estava posto em lei a não aceitação das ideologias e consequentemente dos movimentos sociais.

Em São Paulo, onde ocorre a greve geral, o movimento grevista passa a ser acentuado cada vez mais, pois ganha maior proporção após a morte de um operário anarquista chamado Antonio Martinez.

Cria-se uma posição fortemente contra a ideologia anarquista e o movimento operário em si, pois se elaborava um discurso contra a noção de classe, fato que era uma realidade não só na Europa como em outros lugares do mundo, por exemplo: o Brasil. A massa operária se constituía aos poucos e tomava

proporção ao ponto de ser contrariada pelo poder do Estado. Assim, a partir de 1917, o poder de repressão se instaura sob essas camadas, que eram vistas aos seus olhos, como ameaça. Não só em 1917, mas posteriormente ainda há realização de greves no país. Por isso, a repressão social imposta pelos maiores seria ainda mais acentuada.

Com a situação da greve em São Paulo, de caráter libertário, deu-se início a uma grande movimentação em diferentes lugares do país. Porém, ainda no ano de 1917, essas movimentações acabam se enfraquecendo por conta do cenário político da época, momento em que havia um contexto de Primeira Guerra Mundial. Apesar dessa recaída, os movimentos sociais voltam a ter vida ativa a partir de 1919 (FAUSTO, 2016).

- **A motivação para uma greve no ano de 1907, em São Paulo.**

Bom, no ano de 1907, ocorre uma reivindicação pelas oito horas de trabalho em São Paulo. Esta greve se espalha em diferentes ramos de serviços, mas, além da reivindicação central, outros ajustes também estavam dentro das propostas operárias.

Os ramos que deram começo a essa paralisação localizavam-se “na construção civil, na indústria metalúrgica e da alimentação (...)” (FAUSTO, 2016, p. 171).

O papel dos têxteis (da área industrial) foi muito significativo, pois foi um dos segmentos que fez parte do início dessa greve, organizando-se, apesar de não possuírem estrutura para tal, com o intuito final da paralisação. E assim continuaram na greve ao longo do mês de maio (mês em que ocorreram as reivindicações). Inclusive, organizaram propostas como forma de entrar em acordo com o próprio governo da época (FAUSTO, 2016).

O caso é que, os trabalhadores, de um modo geral, não encontravam seus direitos plenos e, neste caso, não tinham sua jornada de trabalho estabelecida. Sendo assim, diversos setores reivindicaram como forma de conquista das oito horas de trabalho, além de outros direitos no campo do trabalho. Esses ramos incluíam os setores industriais, dos sapateiros, funcionários públicos, entre outros.

5. Considerações Finais

Entende-se que o Brasil, durante o período da Primeira República, passa por intensas mudanças sociais, políticas e econômicas, tanto negativamente como, em certos aspectos, positivamente. Sabe-se que, diante de mudanças estruturais da sociedade, o processo de imigração entra como um componente muito significativo no país.

A classe operária, que faz parte da composição da mudança do cenário nacional, com o seu consequente nascimento, passa pelas maiores dificuldades que possam ser imaginadas. Como forma de organização, os trabalhadores, aos poucos, passam a se reunir e a constituir sindicatos. No meio do movimento operário, percebem-se as realizações de greves e manifestações sociais que passam a acontecer, devido às situações críticas do trabalho urbano.

Temos a realização da intensa greve geral de 1917, que ocorre em São Paulo, mas também outras greves que já ocorriam durante o início do século XX, como a greve de 1907 pela reivindicação das oito horas de trabalho. Manifestações estas encabeçadas por libertários. E é nesse contexto que o anarcossindicalismo também se fez muito presente no cenário brasileiro.

A formação da sociedade brasileira, então, após a escravidão, que passa a constituir uma mão de obra assalariada e imigrante mesmo sem ter estrutura para tal mudança, é alvo de uma construção moderna, com a presença de um discurso sobre a ideia de “civildade” na qual se pretendia tanto chegar (DA COSTA, 2016).

Em linhas gerais, o rumo que tomou a classe operária, fez com que suas conquistas fossem de alguma forma, possíveis. Por isso, o pensamento anarquista faz-se tão presente nesse início da formação dos trabalhadores. Todas as suas defesas, principalmente com o marco do anarcossindicalismo no Brasil, que visava à constituição de um sindicato para os operários, fizeram com que a conquista de direitos sociais, em determinados aspectos, fosse possível. Além, inclusive, de suas ações diante da religião, da educação, entre outros pontos. Não somente realizaram críticas ao modelo de trabalho, como também críticas às instituições de um modo geral, fazendo com que isso refletisse na prática, através dos jornais, por exemplo.

Pode-se concluir que, todo o movimento grevista, em especial a greve geral de 1917, possui caráter anarquista, visto que temos a presença do anarcossindicalismo que, justamente, defendia o direito da greve como um dos elementos da ação direta. Nesse sentido, compreende-se que a articulação do movimento libertário, dentro do meio operário, em ações reais que mobilizavam massas em busca de resultados reais, faz com que pensemos na total atuação e responsabilidade desses libertários nas conquistas que se seguiram,

resultantes de suas lutas, inclusive através dos sindicatos. Ora, temos a criação de um primeiro Partido Comunista em 1919, realizada por anarquistas, portanto, um partido de caráter libertário. Isso diz muito. É daí também que se começa a pensar sobre o importante papel dos anarquistas nos movimentos sociais no Brasil. Pode-se dizer até, que foram eles os responsáveis por grande ou maior parte das conquistas dos trabalhadores durante o período da República Velha.

ANEXOS

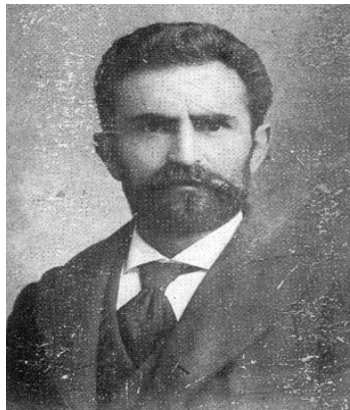


(Pierre-Joseph Proudhon – teórico anarquista francês)

Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/proudhon.htm>

Acessado em 25/10/2020



(Errico Malatesta – teórico e anarquista italiano)

Disponível em: https://protopia.fandom.com/pt-br/wiki/Errico_Malatesta

Acessado em 26/10/2020



(Mikhail Bakunin – teórico e anarquista russo)

Disponível em: <https://www.anarkismo.net/article/17395>

Acessado em 26/10/2020



(Greve Geral de 1917 em São Paulo)

Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/greve-geral-de-1917-quando-sao-paulo-fez-o-brasil-parar.phtml>

Acessado em 27/10/2020

Referências bibliográficas

DA COSTA, Ariston Flávio Freitas. **Os anarquistas e os imigrantes, no contexto do sindicalismo brasileiro:** o resgate do anarcossindicalismo e as tendências contemporâneas. Recife: O Autor, 2016.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social.** São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2016.

JR., Wilson Alviano. **Educação anarquista no Brasil: Contexto Histórico-Social.** Editora Unijuí, Ano 26, no 86, Jul./Dez. 2011.

MARQUES, Carlos. **A Imprensa Libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do século XX.** Antíteses, v. 5, n. 10, p. 855-864, jul./dez. 2012.

MARTINS, Angela Maria Roberti. **A rebeldia e a arte dos “malditos” anarquistas.** Concinnitas, ano 2014, volume 01, número 24, setembro de 2014.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2019.

